



PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 7.997, DE 20 DE JUNHO DE 2000.

**“Dispõe sobre o Plano de
Carreira e Remuneração dos
Servidores do Magistério
Público do Município de
Goiânia.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração
do Magistério Público do Município de Goiânia.**

**Parágrafo Único – Integram este Plano de Carreira e
Remuneração os servidores ocupantes do cargo de Profissional da Educação.**

**Art. 2º - O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério
Público de Goiânia tem por objetivo a eficiência e a eficácia do sistema
educacional do Município e a valorização do servidor público do Magistério,
mediante:**

- I. adoção do princípio do merecimento para desenvolvimento
na carreira;**

[Assinatura]

[Assinatura]



- II. adoção de uma sistemática de remuneração harmônica e justa que permita a valorização e a contribuição de cada servidor público do Magistério, através da qualidade de seu desempenho.

Art. 3º - Para os fins desta Lei considera-se:

- I. Servidor Público do Magistério - a pessoa legalmente investida em cargo público com atribuições específicas das funções do Magistério, nos termos do § 1º do art. 255 da Lei Orgânica do Município de Goiânia;
- II. Cargo Público - o conjunto de atribuições e responsabilidades confiadas a servidor público e que tenha como características essenciais a criação por lei, número certo, denominação própria e pagamento pelo Município;
- III. Quadro de Pessoal - é constituído pelo conjunto de classes que compõem o cargo efetivo do Magistério Público Municipal;
- IV. Classe - subdivisão de um cargo, em sentido de carreira;
- V. Quadro Provisório - é constituído pelo cargo extinto a vagar;
- VI. Padrão - a posição distinta na faixa de vencimentos dentro de cada classe, identificado por letra, correspondente ao posicionamento de um ocupante de cargo efetivo em razão de seu desempenho e do tempo de serviço.

Art. 4º - O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal é composto por:

- I. Quadro de Pessoal - Anexo I;
- II. Estrutura de Cargo/Classes - Anexo II;
- III. Tabela de Vencimentos - Anexo III;
- IV. Descrição Sumária do Cargo e Pré-requisitos por Classe - Anexo IV;



- V. Correlação de Cargos - Anexo V;
- VI. Tabela de Enquadramento - Anexo VI.

§ 1º - Os quantitativos dos cargos serão os resultantes do enquadramento dos servidores do Magistério neste Plano de Carreira e Remuneração.

§ 2º - Anualmente, serão fixados em lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, os quantitativos de cargo efetivo do Magistério.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 5º - O ingresso na carreira por concurso público dar-se-á no padrão inicial da classe em que se promover o concurso, atendidos os pré-requisitos constantes do Anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO FUNCIONAL

Art. 6º - Promoção Funcional é a movimentação do servidor do Magistério dentro do cargo que ocupa, compreendendo Progressão Horizontal e Vertical.

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 7º - Progressão Horizontal é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para outro subsequente, dentro da classe e cargo que ocupe.

§ 1º - Os padrões e os vencimentos são os constantes do Anexo III desta Lei.

§ 2º - A diferença entre um padrão de vencimento e o imediatamente superior será constante e não inferior a 2% (dois por cento), na



Classe I, e a 4% (quatro por cento), na Classe II e no cargo de Profissional da Educação - Licenciatura Curta.

Art. 8º - O servidor do Magistério terá direito à Progressão Horizontal desde que satisfaça, simultaneamente, as seguintes condições:

- I. houver completado 1 ano de efetivo exercício no padrão.
- II. obtiver resultado favorável na avaliação de desempenho ocorrida, no período.
- III. tiver participado de programas de atualização e aperfeiçoamento profissional, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação ou por instituição de ensino devidamente reconhecida, com duração mínima de 40 (quarenta horas), no período que anteceder a concessão da Progressão Horizontal.

§ 1º - O tempo de afastamento do exercício do cargo não se computará para o período de que trata o inciso I deste artigo, exceto nos casos considerados como de efetivo exercício, nos termos do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia.

§ 2º - A contagem de tempo para o novo período será iniciada no dia seguinte àquele em que o servidor houver completado o período anterior.

§ 3º - Não interromperá a contagem do interstício aquisitivo o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - A Administração concederá a Progressão Horizontal, anualmente, após formalização do resultado da avaliação de desempenho.

§ 5º - Não fará jus à Progressão Horizontal o servidor que houver sofrido, no período, pena disciplinar.

§ 6º - VETADO.



SEÇÃO II DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 9º - Progressão Vertical é a passagem do Profissional da Educação de uma classe para outra superior do mesmo cargo efetivo que ocupe.

Art. 10 - Para fazer jus à Progressão Vertical, o Profissional da Educação deverá atender aos pré-requisitos de formação constantes do Anexo IV desta Lei e não ter sofrido pena disciplinar nos últimos dois anos que a antecederem.

Art. 11 - Na Progressão Vertical, o Profissional da Educação será posicionado em padrão de vencimento igual ao que ocupava na classe anterior.

Art. 12 - A Administração concederá a Progressão Vertical, a requerimento do interessado, nos meses de abril e outubro de cada ano.

CAPÍTULO III DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 13 - Vencimento é a retribuição pecuniária mensal devida ao servidor do Magistério, pelo efetivo exercício do cargo público, correspondente ao padrão da respectiva classe, constantes do Anexo III.

Art. 14 - O valor atribuído a cada padrão de vencimento será devido pela carga horária mensal prevista para o cargo, conforme Anexos I e III.

§ 1º - A tabela de vencimentos estabelecida no Anexo III servirá de base para o cálculo proporcional dos vencimentos relativos às cargas horárias diversas, previstas no Estatuto do Magistério Público do Município de Goiânia.

§ 2º - No vencimento mensal correspondente a cada padrão está incluído o descanso semanal remunerado.



Art. 15 - Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias previstas nesta Lei.

Art. 16 - O servidor do Magistério poderá receber, além do vencimento, as seguintes vantagens pecuniárias:

- I. Gratificação pelo Exercício de Cargo em Comissão;
- II. Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança;
- III. Gratificação pelo Exercício de Atividades de Pesquisa, Capacitação e Técnico-Educacionais Especializadas;
- IV. Gratificação pelo Encargo de Membro ou Auxiliar de Banca ou Comissão de Concursos;
- V. Gratificação de Regência de Classe;
- VI. Gratificação de Difícil Acesso;
- VII. **V E T A D O**;
- VIII. Adicional de Titularidade;
- IX. Adicional por Tempo de Serviço;
- X. Adicional Noturno;
- XI. Adicional de Férias;
- XII. Décimo Terceiro Vencimento.

Parágrafo Único - As gratificações e adicionais previstos no "caput" deste artigo, que não são auto-aplicáveis, serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, nos termos da legislação pertinente.

Art. 17 - A Gratificação de Diretor de Escola, nos termos do Estatuto do Magistério, será a constante do Anexo VII, desta Lei.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



Seção I
Do Enquadramento

Art. 18 - O enquadramento dos atuais servidores do Magistério no cargo e classes ora transformados, de denominação idêntica ou correlata, dar-se-á em conformidade com o Anexo VI.

Art. 19 - O enquadramento dos servidores abrangidos por esta Lei dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação, e será realizado por uma Comissão Especial instituída pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 20 - Nenhuma redução de vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, proventos ou pensão poderá resultar da aplicação do disposto nesta Lei, devendo, no enquadramento, quando for o caso, ser assegurado ao servidor a diferença, como vantagem pessoal.

§ 1º - O valor da vantagem pessoal prevista neste artigo será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Magistério Público do Município de Goiânia.

§ 2º - A obtenção do valor da vantagem pessoal não dá direito ao servidor de reduzir sua jornada de trabalho.

§ 3º - Caso o vencimento resultante do processo de enquadramento seja inferior àquele já percebido pelo servidor, fica-lhe assegurado o posicionamento em padrão de vencimento imediatamente superior.

Art. 21 – V E T A D O.

Art. 22 - V E T A D O.

Art. 23 - Aplica-se aos servidores do Magistério aposentados e aos pensionistas, no que couber, o disposto nos Artigos 14, 15, 16 e 18 desta Lei.



Art. 24 - As dúvidas e os casos omissos observados na efetivação do enquadramento dos servidores do Magistério serão decididos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvida a Comissão Especial de Enquadramento.

Art. 25 - Ao servidor é assegurado o direito de peticionar a revisão de seu enquadramento ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, após a publicação do Decreto de Enquadramento.

Art. 26 - As vantagens pecuniárias, a qualquer título, atualmente atribuídas aos servidores do Magistério, não expressamente revogadas e não previstas no art. 16 desta Lei, ficam extintas a partir da vigência do enquadramento dos servidores, ressalvadas as vantagens pessoais concedidas por força da lei, observando-se o disposto no art. 37, inciso XV, da Constituição da República, de 1988.

Seção II

Da Compatibilização do Quadro de Pessoal

Art. 27 - A implantação deste Plano de Carreira e Remuneração se consolidará, após a compatibilização do Quadro Único do Magistério com o Quadro de Pessoal constante desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 28 - A descrição detalhada do cargo será objeto de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29 - Aplicam-se as Progressões Vertical e Horizontal aos ocupantes de cargo extinto a vagar.

Art. 30 - A primeira Progressão Horizontal ocorrerá seis meses após o enquadramento, nos termos desta Lei.



Art. 31 - O servidor do Município que tenha exercido cargo em comissão ou função de confiança por cinco anos consecutivos terá direito a incorporar a seu vencimento, a maior gratificação percebida por período não inferior a um ano ininterrupto, a título de estabilidade econômica.

§ 1º - O benefício previsto no "caput" deste artigo é inacumulável com qualquer outro de idêntico fundamento.

§ 2º - Considera-se como exercício de cargo em comissão ou função de confiança, a participação em comissão especial, direção, chefia ou assessoramento de órgãos ou entidades da administração municipal.

§ 3º - O benefício previsto neste artigo será concedido a partir da data de seu requerimento junto ao órgão competente da Administração, que passará a efetuar o respectivo pagamento após o ato de concessão.

Art. 32 - Os servidores municipais, que detenham formação própria para o Magistério, que comprovadamente atuam na área, poderão optar pelo seu aproveitamento dentro do Plano de Carreira de que trata esta lei, de conformidade com sua formação, ficando-lhe garantido a não redução de sua remuneração, incluídas as vantagens específicas do Magistério, ficando a diferença, caso ocorra, a ser paga a título de vantagem pessoal, a ser absorvida por futuros reajustes salariais.

Art. 33 - Para todos os efeitos, será concedida ao servidor que vier a falecer ou aposentar-se, sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a Progressão Vertical ou Horizontal.

Art. 34 - V E T A D O.

Art. 35 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do exercício de 2000, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários.

Guir *Rio*



Art. 36 - Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial, a Lei n. 7.399, de 23 de dezembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de junho de 2000.

Nion Albernaz

PREFEITO DE GOIÂNIA

Jairo da Cunha Bastos

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

Luiz Antônio Aires da Silva

Araken Reis

José Eduardo Álvares Dumont

César Luís Garcia

Jorge Antonio Taleb

Elias Rassi Neto

Elir José de Souza

Idamar Alves de Lima

José Guilherme Schwan

Uassy Gomes da Silva

Humberto Pereira Rocha

Diógenes Cardozo Teixeira



PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 997/2000

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL

CARGO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO	
Denominação do Cargo	Carga Horária Mensal
Profissional da Educação	105h a 210h



PREFEITURA DE GOIÂNIA

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 7997/2000

ANEXO II

ESTRUTURA DO CARGO/CLASSES

- Magistério Público -

I - Cargo Efetivo

CARGO	CLASSE
Profissional da Educação	I II

II - Cargo Provisório - Extinto a Vagar

CARGO
Profissional da Educação - Licenciatura Curta

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 7947 2000.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

MAGISTÉRIO PÚBLICO

PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO - QUADRO EFETIVO

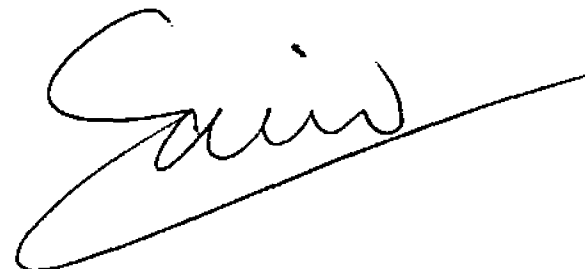
CARGA HORÁRIA: 20 Horas/Aula Semanais / 105 Horas-Aula Mensais

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
PE-I	270,00	275,40	280,91	286,53	292,26	298,10	304,06	310,15	316,35	322,67	329,13	335,71	342,43	349,27	356,26	363,38	370,65	378,07	385,63	393,34
PE-II	335,72	349,15	363,11	377,64	392,74	408,45	424,79	441,78	459,46	477,83	496,95	516,83	537,50	559,00	581,36	604,61	628,80	653,95	680,11	707,31

PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO - LICENCIATURA CURTA - QUADRO PROVISÓRIO

CARGA HORÁRIA: 20 Horas/Aula Semanais / 105 Horas-Aula Mensais

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
PE-LC	300,60	312,62	325,13	338,13	351,66	365,73	380,35	395,57	411,39	427,85	444,96	462,76	481,27	500,52	520,54	541,36	563,02	585,54	608,96	633,32





PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 7997/2000

ANEXO IV

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS E PRÉ-REQUISITOS POR CLASSE

TÍTULO DO CARGO: Profissional da Educação

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Exerce atividades docentes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, elaborando planos de curso e de aula; preparando e selecionando material didático; elaborando, aplicando e corrigindo testes e trabalhos para assegurar a formação do aluno, bem como atividades de suporte pedagógico direto, incluídas as de direção, planejamento, capacitação, pesquisa, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional em unidades escolares, unidades regionais de ensino e nas unidades técnicas da Secretaria Municipal de Educação.

SÉRIES DE CLASSES

PRÉ-REQUISITOS

CLASSE I

- Ensino Médio completo na modalidade normal, para docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

- Aprovação em concurso público, conforme dispuser Edital.

CLASSE II

- Ensino Superior em curso de licenciatura, de graduação plena ou pós-graduação para docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e para o exercício de atividades de suporte pedagógico direto às atividades docentes.

- Aprovação em concurso público, conforme dispuser o Edital;



PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 7997/2000

ANEXO V

CORRELAÇÃO DE CARGOS

- Magistério Público -

Cargo Anterior	Cargo Atual	
Título do Cargo	Título do Cargo	Classe
Profissional de Educação I	Profissional da Educação	I
Profissional de Educação II	Profissional de Educação Licenciatura Curta Extinto a Vagar	
Profissional de Educação III	Profissional de Educação	II

[Handwritten signatures]



PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI Nº 7997/2000

ANEXO VI
TABELA DE ENQUADRAMENTO

Referência – Lei 7.399/94 (Posição anterior)	Padrão – Lei n. 7997/97 (Posição no enquadramento)
1	A
2 a 4	B
5 a 7	C
8 a 10	D
11 a 13	E
14 a 16	F
17 a 19	G
20 a 22	H
23 a 25	I
26 a 28	J
29 a 31	K
32 a 34	L
35 a 36	M
37 a 38	N
39 a 40	O
41 a 42	P
43 a 44	Q
45 a 46	R
47 a 48	S
49 a 50	T

[Handwritten signatures]



PREFEITURA DE GOIÂNIA

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO / LEI N.º 797/2000

ANEXO VII

TABELA DE GRATIFICAÇÕES DE DIRETOR E DE RESPONSÁVEL POR UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL

	TURNOS DE FUNCIONAMENTO	NÚMERO DE TURMAS EM FUNCIONAMENTO	VALOR R\$
FGD - 1	3	35 ou mais	1000,00
FGD - 2	3	20 até 34	850,00
FGD - 3	3	11 até 19	700,00
	2	20 ou mais	700,00
FGD - 4	3	até 10	600,00
	2	11 até 19	600,00
FGD - 5	2	6 até 10	500,00
	1	até 15	500,00
FGD - 6	2	até 5	300,00
FGE	Zona Rural	-	300,00

[Handwritten signatures]



Lei nº 7.997, de 20 de junho de 2000

"Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério Público do Município de Goiânia".

A Câmara Municipal de Goiânia aprova e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - ...

Parágrafo único - ...

Art.2º - ...

Art.3º - ...

Art.4º - ...

§1º - ...

§2º - ...

Art.5º - ...

Art.6º - ...

Art.7º - ...

§1º - ...

§2º - ...

Art.8º - ...

§1º - ...

§2º - ...

§3º - ...

§4º - ...

§5º - ...

§6º - Caso a Secretaria Municipal de Educação não ofereça as condições previstas nos incisos II e III, não haverá prejuízo de progressão horizontal.

Art.9º - ...

Art.10 - ...

Art.11 - ...

Art.12 - ...

Art.13 - ...

Art.14 - ...

§1º - ...

§2º - ...

Art.15 - ...

Art.16 - ...

VII - Gratificação para os Professores do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Parágrafo único - ...

Art.17 - ...

Art.18 - ...

16918



Art.19 - ...

Art.20 - ...

§1º - ...

§2º - ...

§3º - ...

Art.21 - Realizado o enquadramento previsto nesta Lei, caso o servidor se posicione em padrão de vencimento inferior ao tempo de serviço, mediante requerimento, ser-lhe-á assegurado o avanço imediato de tantos padrões quantos forem necessários proporcionalmente ao seu tempo de serviço.

Art.22 - Aos servidores que percebiam as Gratificações de Atividades em 1ª Série, bem como de Atividade no Ensino Especial, ora extintas, é assegurado a percepção das mesmas até 31 de dezembro de 2000.

Art.23 - ...

Art.24 - ...

Art.25 - ...

Art.26 - ...

Art.27 - ...

Art.28 - ...

Art.29 - ...

Art.30 - ...

Art.31 - ...

§1º - ...

§2º - ...

§3º - ...

Art.32 - ...

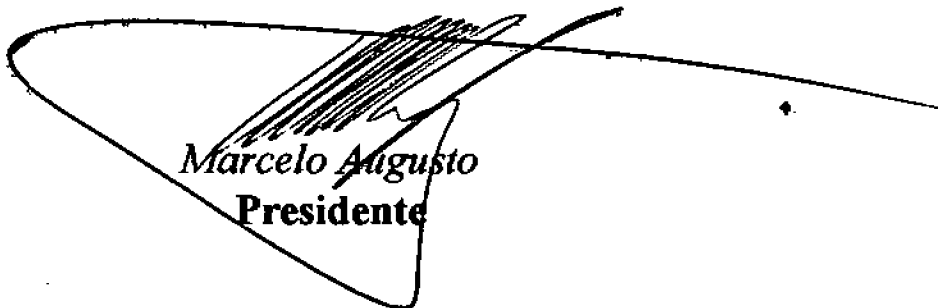
Art.33 - ...

Art.34 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2000, independentemente da data de enquadramento dos servidores.

Art.35 - ...

Art.36 - ...

Câmara Municipal de Goiânia, aos 28 dias do mês de junho de 2000.


Marcelo Augusto
Presidente